

TRADIÇÃO E IMAGINÁRIO NA DIPLOMACIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FIGURA MÍTICA DO BARÃO DE RIO BRANCO

*Pedro Luiz Rodrigues Barreto **

Resumo: A diplomacia desempenhou um notório papel na formação histórica do Estado do Brasil. Por essa razão, o patrono da diplomacia brasileira, o Barão de Rio Branco, tornou-se também um dos mais importantes heróis nacionais do país. Como Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco foi responsável por conceber as linhas mestras da atuação internacional do Brasil moderno. A partir de sua administração, todo o desenvolvimento da diplomacia brasileira foi definido como a continuação dos postulados e da tradição por ele inaugurados. A relevância e a permanência desse seu legado se deram, a nosso juízo, especialmente por uma singular transformação de ordem simbólica e axiológica que imprimiu ao Itamaraty, transformação essa que lhe confere um inegável prestígio no rol dos estadistas brasileiros. Durante a República, contudo, o ícone histórico do Barão parece ter também se transformado profundamente, assumindo características típicas de uma narrativa mítica. Nesse movimento, a idealização de tal personagem converteu-o em uma espécie de mito fundador da política externa brasileira. A figura mítica de Rio Branco, portanto, é aspecto central de nossa tradição diplomática. À luz dessas considerações, o presente trabalho visa refletir sobre a construção mitológica do Barão de Rio Branco e de seu imaginário diplomático, compreendendo-os como recursos de natureza simbólica e ideológica, que são empregados por nosso Estado Nacional na perseguição de seus interesses estratégicos.

Palavras-chave: Tradição; Mitologia Nacionais; Diplomacia; Imaginário; Barão de Rio Branco.

TRADITION AND IMAGINARY IN THE BRAZILIAN DIPLOMACY: CONSIDERATIONS ABOUT THE MYTHIC FIGURE OF BARON OF RIO BRANCO

Abstract: Diplomacy played a notorious role in the historical formation of Brazil. For this reason, the patron of Brazilian diplomacy, the Baron of Rio Branco, also became one of the country's most important national heroes. As Minister of Foreign Affairs, Rio Branco was responsible for conceiving the main lines of international action in modern Brazil. Since his administration, the whole development of Brazilian diplomacy has been defined as the continuation of the postulates and the tradition inaugurated by him. The transformation and endurance of his legacy were, in our opinion, mainly due to a singular transformation of a symbolic and axiological order that he waged on Itamaraty, a transformation that gives him undeniable prestige in the list of Brazilian statesmen. During the Brazilian Republic, however, the Baron's historical icon also seems to have been profoundly transformed,

* Bacharel em Ciências do Estado, pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3713-2886>. Contato: pedro.l Luiz01@yahoo.com.br

assuming characteristics typical of a mythical narrative. In this movement, the idealization of such a character turned him into a kind of founding myth of Brazilian foreign policy. The mythical figure of Rio Branco, therefore, is a central aspect of our diplomatic tradition. In the light of these considerations, the present work aims at reflecting on the mythological construction of Baron of Rio Branco and its imaginary, understanding them as resources of symbolic and ideological nature, which are employed by our National State in pursuit of its strategic interests.

Keywords: Tradition; National Mythologies; Diplomacy; Imaginary; Baron of Rio Branco.

TRADICIÓN E IMAGINARIO EN LA DIPLOMACIA BRASILEÑA: CONSIDERACIONES SOBRE LA FIGURA MÍTICA DEL BARÓN DE RIO BRANCO

Resumen: La diplomacia jugó un papel notorio en la formación histórica del Estado de Brasil. Por esta razón, el patrón de la diplomacia brasileña, el Barón de Rio Branco, también se convirtió en uno de los héroes nacionales más importantes del país. Como ministro de Relaciones Exteriores, Rio Branco fue responsable de concebir las principales líneas de acción internacional en el Brasil moderno. Desde su administración, todo el desarrollo de la diplomacia brasileña se ha definido como la continuación de los postulados y de la tradición que inauguró. La relevancia y permanencia de este legado se debió, a nuestro juicio, principalmente a una singular transformación de orden simbólico y axiológico que imprimió en Itamaraty, transformación que le otorga un innegable prestigio en la lista de los estadistas brasileños. Durante la República, sin embargo, el icono histórico del Barón también parece haberse transformado profundamente, asumiendo características propias de una narrativa mítica. En este movimiento, la idealización de tal personaje lo convirtió en una especie de mito fundacional de la política exterior brasileña, por lo que la figura mítica de Rio Branco es un aspecto central de nuestra tradición diplomática. A la luz de estas consideraciones, este trabajo pretende reflexionar sobre la construcción mitológica del Barón de Rio Branco y su imaginario, entendiéndolos como recursos simbólicos e ideológicos, que son utilizados por nuestro Estado Nacional en la búsqueda de sus intereses estratégicos.

Palabras clave: Tradición; Imaginario; Mitologías Nacionales; Diplomacia; Barón de Rio Branco.

1 Introdução

A bicentenária diplomacia brasileira foi, ao longo de sua história, pródiga de heróis e mitos. Figuras como Bonifácio de Andrade, Visconde do Uruguai, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Afonso Arinos de Mello Franco e San Tiago Dantas tornaram-se luminares da vida nacional por terem dado, cada qual a seu modo, inegáveis contribuições para a construção do Brasil e de suas relações exteriores. Todavia, dentre esses distintos nomes, o de José

Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, certamente figura com maior expressão. Seu relevo para o Estado Brasileiro verifica-se, em primeiro, por ter erigido as bases permanentes do Ministério das Relações Exteriores. De fato, Paranhos Júnior corresponde a um momento de (re)fundação de toda nossa tradição diplomática, a qual norteou o moderno Brasil em seus caminhos de inserção internacional. Seu nome e legado, de tão inestimáveis, tornaram-se, com o tempo, indiscerníveis do próprio Itamaraty.¹

Não obstante, para além da seara diplomática, chama-nos a atenção que o Barão adentra o próprio panteão dos heróis pátrios de maneira particularmente distinta. Afinal, se os homens públicos de maior relevo em nossa história foram, em sua maioria, objeto de interpretações antagônicas e polêmicas, em torno de Rio Branco construiu-se uma singular, duradoura e praticamente inquebrantável unanimidade. Nesse sentido, observa Christian Lynch:

No entanto, as figuras do nosso eclético panteão nacional ainda estão longe de granjear unanimidade. Dom João é visto tanto como o pai do Estado brasileiro quanto como um glutão covarde; Dom Pedro I, herói libertário e libertino despótico; Dona Isabel, princesa abnegada e carola oportunista; Deodoro da Fonseca, herói militar e atrapalhado traidor da monarquia; Getúlio Vargas, artífice do moderno Brasil e abominável ditador populista. Da controvérsia em torno dos ‘grandes personagens da nossa história’ não escapam mesmo aqueles a respeito dos quais seria possível esperar julgamentos mais serenos, como Pedro II (governante tolerante e esclarecido, ou indiferente e acomodado) e Juscelino Kubitschek (audaz desenvolvimentista ou gestor irresponsável, faraônico, inflacionário). Aqui, verifica-se uma única exceção a tal polêmica: o Barão do Rio Branco.²

¹ Como nos lembra Cristina Moura: “Para pensarmos Rio Branco hoje, é necessário termos em conta que este nome é o principal recurso simbólico através do qual os diplomatas brasileiros pensam suas carreiras, sua instituição e a relação destas duas com a construção nacional. Rio Branco está presente em forma de bustos espalhados pelo Palácio Itamaraty em Brasília e no Rio, dá nome à ordem honorífica da diplomacia brasileira, empresta seu aniversário ao Dia do Diplomata, quando, após o hino nacional se toca o Dobrado de Rio Branco, nomeia o Instituto responsável pela formação dos diplomatas brasileiros e, finalmente, intitula a própria instituição, que se autodenomina Casa de Rio Branco, em uma metáfora que invoca relações de parentesco dinásticas. Rio Branco é, portanto, sinônimo da tradição na diplomacia brasileira, que se distingue por um ethos específico.” (MOURA, Cristina Patriota de. *Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.14, n.25, mai./ago., 2000, p.81-101, p.82).

² LYNCH, Christian Edward Cyril. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº15. Brasília, setembro/ dezembro de 2014, p.283-284. É igualmente digno de nota o apontamento que Lynch faz para a quase onipresença de Paranhos nas cédulas das diferentes moedas que o país adotou ao longo de sua história: “Por fim, o barão foi o único civil que, sem ter ocupado a chefia de Estado, figurou em todas as séries de cédulas emitidas pela Casa da Moeda desde 1913 até 1986 e só saiu de circulação devido à escalada inflacionária. Sua nota foi a única a se popularizar em função da personalidade que lhe emprestava a efigie, tendo se tornado hábito o emprego da expressão ‘um barão’ para designar o valor de mil unidades monetárias. Já na primeira década do século XXI, na nova coleção de moedas, as de cinquenta centavos trouxeram-lhe de volta o perfil”. (LYNCH. Um saquarema no Itamaraty, *cit.*, p. 285).

A seu turno, Celso Lafer parece adotar perspectiva similar. Para ele, o consenso a respeito do patrono da diplomacia brasileira é “praticamente único em nossa história”;³ razão pela qual, em suas próprias palavras, “O prestígio do Barão não conheceu, pois, uma contramemória”.⁴ Mas qual a razão dessa unanimidade? O que há na figura de Paranhos, tal qual ela se projetou em nossa história, para que ao longo de sucessivos regimes, constituições e governos (quer democráticos, quer autoritários; quer de esquerda, quer de direita) fosse-lhe garantido permanente reconhecimento e prestígio? Ela se justifica por marcos estritamente objetivos? Ou a incessante evocação de seu nome e legado possui um efeito no campo do imaginário coletivo, no nível do simbólico, no plano das afeições nacionais? Por fim, que papel estratégico cumpre a narrativa em torno do Barão para o país? Serve ela, de algum modo, como uma mitologia de anteparo ao Estado Brasileiro?

Em face de tais questões, postulamos que o potente recurso simbólico que subjaz à figura do Barão pode ser interpretado como arquitetura ideológica⁵ que assume, em si, componentes similares aos de uma narrativa mítica. De um lado, ao nos referirmos a seu caráter ideológico, sublinhamos que o nome de Rio Branco e a sua tradição cumprem um papel destacado no jogo de poder no qual se inscreve o Brasil e suas elites, para a perseguição dos interesses nacionais e para a afirmação internacional do país. Paralelamente, ao atribuímos a ambos um caráter mítico, buscamos situar Paranhos Júnior em uma espécie de *mística nacional*, quase romântica, chave a partir do qual vislumbra-se todo um repertório de representações pelos quais a coletividade pátria exprime e articula seu imaginário. É por conseguir mobilizar tal imaginário, e os anseios inerentes a ele, que a narrativa mitificada deste personagem histórico torna-se manifestação viva da mística nacional brasileira.

Ora, tal mística corresponde a um componente do processo de efetivação de uma consciência nacional, a um *complexo afetivo* que possibilita os sujeitos reconhecerem-se em uma mesma totalidade orgânica e que, ao mesmo tempo, confere-lhes um senso de estima e

³ LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 168.

⁴ LAFER, Celso. Rio Branco e o Itamaraty: 100 anos em 10. In: LAFER, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira; pensamento e ação* (vol.1). Brasília: FUNAG, 2018, p. 196.

⁵ “Está implícita na palavra ‘ideologia’ a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a portanto”. (MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p.66).

orgulho.⁶ Para Oliveira Vianna, era traço comum aos Estados que, à sua época, haviam galgado à posição de potências:

Esta mística — oriunda do sentimento profundo da Nacionalidade — é o traço distintivo dos povos que se elevaram — por sucessivas integrações da sua consciência coletiva — à condição de verdadeiras Nações. É o caso do povo inglês, do povo alemão, do povo japonês e do povo norte-americano. Nestes povos, certamente os quatro maiores povos da atualidade, essa mística do sentimento nacional [...] existe com a força de um instinto profundo. Cada um destes povos tem, realmente, um sentimento místico da sua comunidade nacional. Na intimidade de cada um, este sentimento [...] é um sentimento militante, ativo, determinante: atua na consciência de cada cidadão, inspira as idéias, os sentimentos e as atitudes (comportamento social) de cada inglês, de cada alemão, de cada japonês, de cada americano. Cada um deles vive sob a ação deste sentimento dominante, traz em si, dentro da alma, nas camadas mais recalcadas do seu subconsciente, o culto da sua pátria nacional, a devoção ao seu povo, o sentimento de fidelidade e o espírito de sacrifício para com ele.⁷

Em contrapartida, o Brasil era, para Viana, um exemplo de país que não contava com uma articulação mística consistente, cuja formação histórica não lhe permitiu conceber — ao menos não da forma como o autor idealizava — uma comunhão nacional pujante e efetiva, capaz de se projetar nas diferentes mentes de seu povo. Com efeito, a realidade pátria deparava-se com consideráveis entraves para formulação e, por conseguinte, para a concreção de um projeto político de Nação.⁸

Seguramente, é possível dizer que esse frágil arranjo de representações místicas não deixou de ser problematizada também por intelectuais do Brasil contemporâneo. Embora com acepções um tanto distintas, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, por exemplo, ecoa enunciados similares aos de Viana, ao tratar do que chamou de *vulnerabilidade ideológica* de nossa projeção externa. Em seu sentir,

⁶ VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999, p.330. Oliveira Viana parece tomar emprestado o conceito de mística nacional do institucionalista francês Georges Renard, o qual é diretamente citado pelo próprio autor brasileiro: "É certamente uma mística que solidariza as gerações entre si, sem embargo das vicissitudes políticas e históricas. A Nação é uma mística *incorporada* numa população e mantida pela renovação contínua desta população. É uma mística que nele *trabalha* — como as idéias *trabalham* nas instituições". RENARD, Georges. *La théorie de l'institution; essai d'ontologie juridique*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1930, p.154 *apud* VIANA. *Instituições políticas brasileira, cit.*, p.327.

⁷ VIANA. *Instituições políticas brasileira, cit.*, p.327. Contemporaneamente, o jusfilósofo mineiro Paulo Roberto Cardoso postula algo similar ao comentar que: "Os impérios e nações que se destacaram na história trazem um traço comum em sua trajetória de ascensão e queda, qual seja a de se afirmarem a partir de determinadas estratégias e mitos que lhe asseguraram a indispensável unidade na consolidação de seus objetivos nacionais permanentes. A nosso juízo, três foram os mitos (fundantes) e estratégias de construção do Brasil; Miscigenação, língua, religião popular sincrética." CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Tese, Doutorado em Direito), 2016, p.193.

⁸ "Não temos nenhuma mística incorporada ao povo; portanto, não tem o nosso povo — considerado na sua expressão de povo-massa — a consciência clara de nenhum objetivo *nacional* a realizar ou a defender, de nenhuma grande tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja o órgão necessário à sua realização". VIANA. *Instituições políticas brasileira, cit.*, p. 328-329.

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma crônica vulnerabilidade externa com facetas econômica, política, tecnológica, militar e ideológica. A mais importante, pois influencia todas as políticas e atitudes do Estado e da sociedade brasileira (...) e agrava as outras facetas da vulnerabilidade externa, é a de natureza ideológica. É ela que, por meio de diversos mecanismos, mantém e aprofunda a *consciência colonizada* não só das elites dirigentes tradicionais como até segmentos das oposições políticas, intelectuais, econômicas e burocráticas.⁹

Segundo Guimarães, uma coletividade nacional ideologicamente frágil apresenta sérias limitações quanto à manutenção de sua coesão interna, à formação de uma auto-estima e à própria realização de um projeto de desenvolvimento pleno — econômico, social, democrático e espiritual.¹⁰ Por fim, o autor adverte que a carência de arrojadas representações ideológicas torna o próprio país sujeito a movimentos que “impedem, dificultam e confundem os distintos segmentos da sociedade brasileira” e que “tendem a eliminar a consciência de suas características específicas e da própria evolução dessas características, que é a sua história”.¹¹

Nessa perspectiva, ao apontarmos para os contornos míticos que Rio Branco assumiu no seio do Estado do Brasil, contemplamos, em sua figura, aquela que pode ser uma exitosa contribuição para o tear da mística nacional brasileira, para cuja carência Oliveira Viana nos alertara em suas reflexões. Por servir como eficaz plano de mediação, o componente mitológico explicaria, por sua vez, a própria perenidade da projeção de Paranhos Júnior em nossa história. Afinal, como leciona o ensaísta Alfredo Bosi:

O mito é uma instância mediadora, uma cabeça bifonte. Na face que olha para a História, o mito reflete contradições reais, mas de modo a convertê-las e a resolvê-las em figuras que perfaçam, em si, a *coincidentia oppositorum*. [...] Na outra face, que contempla a invenção, traz o mito signos produzidos conforme uma semântica analógica, sendo um processo figural, uma expressão romanesca, uma imagem poética. Na medida em que alcança essa qualidade propriamente estética, o mito resiste a integrar-se, sem mais, nesta ou naquela ideologia.¹²

Mito, ideologia e mística entrelaçam-se, assim, na idealização do Barão de Rio Branco e de sua diplomacia. O sentido de sua obra e de seu legado parece ter sido captado por nossas elites pátrias, e incorporado à própria estrutura do Estado Brasileiro — o que não

⁹ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era de gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 225.

¹⁰ “A questão da vulnerabilidade ideológica é fundamental, pois ela se refere diretamente à coesão ou desintegração social, à construção ou fragmentação nacional, à autoestima ou auto-rejeição e à própria possibilidade de êxito de uma política de desenvolvimento econômico (não apenas crescimento desigual), democrático (não oligárquico e não plutocrático) e social (cultural e espiritual) da sociedade brasileira”. GUIMARÃES. *Desafios brasileiros na era de gigantes*, cit., p.227.

¹¹ *Ibidem*, p.228.

¹² BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.180.

implica, por óbvio, que seu conteúdo tenha se conservado estático ou inalterado; sendo antes ressignificado à luz de cada fase histórica do país. Desde sua efígie, portanto, Paranhos colocar-se-ia a nós como um enigma, como eco permanente das aspirações profundas do povo brasileiro. Traduzi-lo concorre, ao fim, por iluminar nossa realidade política e cultural, cujo pináculo é, em sua totalidade, o próprio Estado.

2 Rio Branco e seu tempo

Se a História do pensamento ocidental se define pelo embate entre o poder e a liberdade, como salienta Joaquim Carlos Salgado,¹³ então pode-se dizer que a experiência da Primeira República nada representou para a vida nacional senão um capítulo de perpétua crise de poder e, conseqüentemente, de liberdades. Afinal, ao derrubar a organização formal do Poder Moderador, componente ontológico-chave do Estado Brasileiro,¹⁴ o golpe republicano de 1889 abriu a caixa de pandora de nossa ordem política: condenando a Primeira República a um estado quase perene de acentuada instabilidade.¹⁵ Em face de tal quadro, os governos do novo regime banalizaram a suspensão de garantias fundamentais — pela incessante proclamação de estado de sítio — sobretudo, como meio resolutivo das inúmeras revoltas populares que eclodiram no período. Em razão de sua fraqueza, definida por José Murilo de Carvalho enquanto “incapacidade de reproduzir novas elites adequadas para novas tarefas”,¹⁶ as elites republicanas falharam em conceber um arranjo institucional capaz de harmonizar as forças políticas de forma consistente. O artifício que se inaugurou com a chamada Política dos Governadores, por exemplo, levou a uma estabilização que já estava, de antemão, condenada, “porque o monopólio duradouro do poder por parte das mesmas facções (diferentemente do poder moderador da monarquia) levava segmentos cada

¹³ SALGADO, Joaquim Carlos. Estado ético e Estado poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, abr./jun. 1998, p. 37-68.

¹⁴ HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador*: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020, *passim*.

¹⁵ É oportuno ressaltar, porém, que há aqueles que reconhecem períodos de estabilidade e harmonia no decurso da República Velha. Na visão de Rubens Ricupero, por exemplo, esse seria o caso dos “poucos anos” que compreendem os governos do paulista Rodrigues Alves (1902-1906) e do mineiro Afonso Pena (1906-1909). Cf. RICUPERO, Rubens. A política externa da Primeira República (1889-1930). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* vol. 2. Brasília: FUNAG, 2013, p.350.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.236.

vez expressivos da sociedade a se frustrarem com o regime e a reivindicar a revisão da Constituição”.¹⁷

A crise instaurada no seio do Estado Brasileiro durante a República Velha, entretanto, contrasta-se gritantemente com o irromper, nesse mesmo período, de uma das mais áureas etapas históricas de nossa política exterior: a chancelaria de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco (1902-1912).

Oriundo (inusitadamente) dos quadros da Administração Imperial, Paranhos era claramente um filho da tradição dos saquaremas, a qual tinha em seu pai, o Visconde de Rio Branco, um de seus mais notáveis expoentes. Tamanho é o relevo dessa filiação, sanguínea e espiritual, para sua formação que não se pode decifrar a *persona* política do Barão senão à luz de seu elo com o antigo Partido Conservador (do Segundo Reinado), segundo postula Lynch:

Na verdade, é impossível compreender a visão de mundo e do Brasil cultivadas pelo Barão do Rio Branco fora do contexto da cultura política saquarema em que, desde o nascimento, estivera imerso e da qual sempre se sentira uma espécie de herdeiro e guardião. Toda a sua educação doméstica se fizera no convívio com os amigos do pai, todos – como ele mesmo – próceres do regime monárquico [...] Com eles, Paranhos Filho aprendeu a ver o mundo pelas lentes de um nacionalismo realista, quase hegeliano; para ele, as especificidades da formação nacional brasileira – um império territorial, no aspecto geográfico; uma monarquia unitária, na dimensão histórico-política – prediziam ao Brasil um futuro de grandeza que só lhe poderia ser arrebatado caso, a exemplo do que sucedera nos países vizinhos, a direção do Estado fosse tomada por politiquieiros mesquinhos, turbulentos e localistas. Seu proverbial gosto pela história e pela geografia, desenvolvido à sombra do trabalho do pai, não tinha outro móvel senão o de perpetuar a glória política e militar do Estado brasileiro, conduzido pelos saquaremas, contra a anarquia – fosse a exterior, produzida pelos caudilhos vizinhos; fosse a interior, produzida pelos caudilhos luzias.¹⁸

Sua íntima ligação com a monarquia, contudo, não constituiu qualquer impedimento à sua nomeação ao Ministério das Relações Exteriores, em cuja chefia permaneceu, de maneira ininterrupta, mais do que qualquer outro chanceler de nossa história.¹⁹

¹⁷ LYNCH, Christian Edward Cyril. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: a recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.27, n.78, p.149-196, fev./jun. 2012, p.151. Lynch também elenca outras diferenças entre o Poder Moderador e a Política dos Governadores em: *Ibidem*, p. 165.

¹⁸ LYNCH. Um saquarema no Itamaraty, *cit.*, p. 286.

¹⁹ Sobre isso, comenta perspicazmente Celso Lafer: “Há na escolha do nome de Rio Branco para conduzir o Itamaraty após o tumulto dos primeiros anos da República uma certa astúcia da razão histórica. Parece-me fascinante que a República tenha ido buscar no Império o nome capaz de superar o impasse que se criara com a mudança na ordem política, permitindo, assim, o redimensionamento da inserção internacional do Brasil. Seu nome apresentava diversas vantagens, dentre elas o fato de ser Rio Branco um homem do Império e diplomata conhecedor das tradições da Casa. Além disso, ele retornava ao Brasil após um quarto de século de serviços

Em que pese a relevância deste marco cronológico, o destaque de Rio Branco para o Itamaraty (e, portanto, para o Estado Brasileiro) se dá por razões outras: por ter efetuado uma *refundação simbólica* de nossa diplomacia, conferindo-lhe um conceito, um espírito.

Esse movimento de refundação, porém, deve ser lido à luz da tarefa histórica que o Barão (exitosamente) desempenhou ao concluir, na República, a obra à qual o Império se dedicara: a de resguardar e consolidar a integridade territorial do Brasil. De fato, em sua trajetória, Paranhos foi responsável pelas mais importantes vitórias do país naqueles que seriam seus últimos litígios fronteiriços — destacadamente, a Questão de Palmas; a Questão do Amapá; e os eventos envolvendo o *Bolivian Syndicate*.

Em relação a Questão de Palmas, trata-se de antiga disputa territorial entre Brasil e Argentina, concernente à porção oeste dos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina. Ainda nos tempos do Império, D. Pedro II havia ordenado a fundação de colônias militares nessa região, a fim de atestar a efetiva posse brasileira daquelas terras. Era reivindicação argentina que a demarcação das fronteiras entre os dois países deveria se dar a partir dos rios Chapecó e Chopim, tomando como base o Tratado de Madri (1750). Por sua vez, o Brasil sustentava que os limites deveriam ser fixados desde os Rios Santo Antônio e Peri-Guaçu. Em comum acordo, os litigantes submeteram o impasse à arbitragem do presidente norte-americano Groover Cleveland, cuja decisão (de 5 de Janeiro de 1895) foi, graças a primorosa atuação de Rio Branco, favorável à posição brasileira.

Por sua vez, a Questão do Amapá tratou-se de uma disputa territorial entre França e Brasil, decorrente do não reconhecimento, pelo lado francês, do Rio Oiapoque como limite fronteiriço entre a Guiana Francesa e o atual estado do Amapá. As tensões chegaram ao seu ápice quando tropas francesas, em 1895, invadiram o lado brasileiro até o Rio Araguari, ocupando uma faixa territorial de cerca de 260.000 km². A questão foi submetida à arbitragem de Walter Hauser, então presidente do Conselho Federal suíço. Liderada por Rio Branco, a delegação brasileira teve sua posição endossada pelo parecer de Hauser, em 1 de Dezembro de 1900.

A seu turno, o *Bolivian Syndicate* consistiu em litígio fronteiriço entre bolivianos e brasileiros, com um nada sutil envolvimento estadunidense. Desejando efetivar a sua posse na região do Alto Acre, o governo da Bolívia (presidido pelo general José Manuel Pando) decidiu arrendar parte desse território à companhia anglo-americana *Bolivian Syndicate*, em

prestados no exterior, livre, portanto, dos vícios que nascem eventualmente do convívio muito próximo com o poder”. LAFER. Rio Branco e o Itamaraty, *cit.*, p.199.

1901. A empresa, de capital majoritariamente estadunidense, ficaria responsável por organizar a colonização boliviana nessa região, vez que a presença da população brasileira ali foi tida como ameaça à soberania de La Paz. Pelo acordo de arrendamento, poderia o *Syndicate* exercer poder de polícia, arrecadar tributos, construir estradas, entre outros. Diante da ameaça de se ter um *Estado-empresa* norte-americano emergido no coração da Amazônia, o governo do Brasil ordenou o fechamento do Rio Amazonas e seus afluentes às navegações estrangeiras — bloqueando o acesso boliviano ao Atlântico. Em 1902, o Barão do Rio Branco, após sucessivas pressões sobre o país vizinho, conseguiu um acordo com La Paz, obtendo o reconhecimento da soberania brasileira sobre a região, em troca do pagamento de indenização; da seção de parte do território do Mato Grosso; e do compromisso de se construir uma ferrovia que ligasse a Bolívia ao litoral atlântico. Em homenagem ao chanceler, a capital do Estado do Acre seria posteriormente batizada de Rio Branco.²⁰

Todos esses triunfos, deve-se destacar, foram obtidos de maneira consideravelmente pacífica, sem a necessidade do emprego direto de recursos bélicos. Assim, pôde o Barão não só confirmar o término do longo ciclo de intervenções diplomático-militares do Brasil nos países da Bacia do Prata (ostensivamente praticadas sob a Monarquia),²¹ como também conduzir nossa política externa a um novo momento, no qual a atuação internacional do Estado Brasileiro passa a adotar uma perspectiva mais *universal*. Nas palavras do chanceler:

Há muito a nossa intervenção no Prata está terminada. O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas. Está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento. O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estereis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população.²²

²⁰ Nas palavras de Gilberto Freyre, a questão do *Bolivian Syndicate* “marcou significativa vitória da diplomacia brasileira contra a pior forma de imperialismo angloamericano que então se esboçou na América do Sul”. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004, p. 187.

²¹ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014, p.76. Não obstante, Ricupero atribui tal reformulação mais às mudanças políticas que ocorreram no contexto sul-americano de então, do que propriamente à índole do regime republicano. Postula o autor que: “É bem provável que, se a monarquia tivesse sobrevivido, não teria sido menos sensível à necessidade de alterar o relacionamento com os vizinhos sulinos, uma vez que o regime monárquico não era intrinsecamente mais agressivo ou militarizado do que o republicano.” (RICUPERO, A política externa da Primeira República (1889-1930), *cit.*, p. 344).

²² RIO BRANCO, Barão do. Brasil e Argentina. In: RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco vol. X: artigos de imprensa*. Brasília: Funag, 2012, p.519.

Com efeito, a partir de sua chancelaria, o Brasil passa se engajar mais ativamente em questões outras que transcendem seu entorno sul-americano, na "esfera das grandes amizades internacionais"; o que se evidenciou, por exemplo, pela intensificação das relações com os Estado Unidos da América, pela participação brasileira na Conferência de Paz de Haia (1907) e, posteriormente, pelo ingresso do país — o único dentre todos os Estados latino-americanos — na Primeira Guerra Mundial (1914-1919).

Desse modo, pode-se dizer que Rio Branco é, de algum modo, tanto a transformação quanto a continuidade da política externa inaugurada no Segundo Reinado. Este último aspecto revela-se pelo seu êxito em dar sequência ao processo de construção de uma diplomacia marcada pela racionalidade e continuidade — processo, esse, que se tornou possível no regime monárquico graças ao suporte institucional do Poder Moderador.

Em nosso sentir, tal instituto do constitucionalismo imperial exerceu influência qualitativa sobre a condução da política exterior do Estado Brasileiro durante o reinado de Dom Pedro II. Exercendo-o, o Imperador garantiu — com auxílio do Conselho de Estado — considerável harmonia e estabilidade na execução da política externa, afastando-a de rupturas súbitas.²³

Estabilidade e racionalidade foram vetores que se observaram na atuação internacional do regime republicano a partir de Paranhos Júnior em razão da profunda transformação de ordem *simbólica* e *axiológica* que empreendeu no Ministério das Relações Exteriores. Este movimento lastreou-se na composição de um ideário diplomático pátrio que, em alguma medida, bebia das fontes do universalismo europeu, ao se basear: na defesa do Direito Internacional; na primazia das soluções pacíficas de conflitos; no princípio da não-intervenção nos assuntos domésticos de um Estado estrangeiro; e na defesa do que (posteriormente) se chamaria de autodeterminação dos povos.²⁴ Desde esses ideais, passou

²³ Nesse sentido, observa Celso Lafer: “Entre as medidas gerais de administração pública nas quais era ouvido o Conselho de Estado, estavam os temas que diziam respeito a declarações de guerra, ajustes de paz e negociações com as nações estrangeiras. Tais temas eram tratados no âmbito da Seção de Justiça e Estrangeiros, cabendo realçar a qualidade dos conselhos. Naquela seção, o ministro dos Negócios Estrangeiros tomava assento, tendo aí voz, mas não voto. Dos 72 membros do Conselho nomeados pelo imperador no período de 1842 a 1889, que corresponde ao Terceiro Conselho do Império, 29 foram ministros dos Negócios Estrangeiros, sendo que sete desses por mais de uma vez. Ora, atuando o ministro à sombra do imperador, é evidente que a latitude do ministro era necessariamente limitada. Acresce que, sendo o Conselho de Estado integrado por vários ex-ministros, a atuação do titular da pasta era em larga medida controlada pelos seus pares.” LAFER. Rio Branco e o Itamaraty, *cit.*, p. 198.

²⁴ É pertinente notar que tais princípios se encontram até hoje incorporados à Constituição Brasileira, demonstrando sua força e acerto. No caso do texto constitucional de 1988, por exemplo, seu artigo 4º dispõe que: “4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII -

o Brasil a ver-se e a apresentar-se na cena internacional, tornando-os valores inerentes à sua própria diplomacia; como se fossem uma “espécie de manifestação da essência profunda do caráter nacional”.²⁵

O conceito de um Brasil não expansionista, satisfeito com seu território, confiante no Direito Internacional, nas soluções negociadas, fiel à não intervenção, incorporou-se de tal maneira ao discurso diplomático brasileiro que se tornou intemporal, como se tivesse sempre existido. A consolidação pelo Barão do ideário externo nacional em termos de objetivos e métodos foi internalizada de forma tão completa e profunda que passou a ser impensável imaginar um Brasil de personalidade internacional diferente.²⁶

Não se ignora que este conceito de país que os valores do Barão de Rio Branco irradiavam cumpria também uma importante função ideológica, legitimando e ocultando os interesses nacionais. Enquanto chanceler, Paranhos Júnior deu atenção à recomposição do Poder Militar brasileiro de então — o qual vinha sofrendo, desde a instauração da República, um dramático processo de desarticulação e sucateamento. Embora tenha se engajado na modernização de nossas Forças Armadas em geral,²⁷ e da Marinha, em particular,²⁸ ele compreendia com clareza a situação de fragilidade em que o Estado Brasileiro se encontrava naquele momento. Assim, o ideário diplomático que imprimiu no Itamaraty correspondia à necessidade de afastar o país de conflitos bélicos, os quais certamente comprometeriam sua integridade territorial e sua independência, sem descurar do zelo de proteger o território e a soberania de cujo custo para se construir o Barão tinha consciência inigualável. Com efeito, o conceito de diplomacia inaugurado por Paranhos Júnior pode ser lido como uma potente

repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político”.

²⁵ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 669.

²⁶ *Ibidem*, p. 436.

²⁷ De tão veementes, as posições de Paranhos pela reorganização da defesa nacional parecem ter-lhe rendido as alcunhas de belicista e imperialista, contra as quais precisou se defender: “Também todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático, continuando no desempenho das funções que desde alguns anos exerço, protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após 20 anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.” RIO BRANCO, Barão do. Discurso no Clube Militar. *In: Obras do Barão do Rio Branco vol. IX: discursos*. Brasília: Funag, 2012, p. 316-317.

²⁸ “Somos geograficamente um país em que a Marinha tem o principal papel na defesa do território. O nosso primeiro cuidado, portanto, deve ser o de possuímos uma esquadra moderna, que pelo menos em qualidade possa competir com as mais adiantadas e na qual o gênio marítimo da população encontre o mais perfeito ambiente para a plena satisfação de seus persistentes instintos. A nossa esquadra organizada, sossegadamente, livremente, sem a menor preocupação de equivalência para a defesa de nossas costas, serve para a proteção de nossos portos.” RIO BRANCO. *Brasil e Argentina, cit.*, p. 517.

ideologia de política exterior, como propõe Rubens Ricupero²⁹ — interpretação que também se assemelha à de Lynch:

Naquele contexto de fraqueza brasileira, o saquarema Rio Branco lançou mão do repertório idealista em voga à época para veicular um discurso compensatório: o do gigante benevolente. Em sua tranquila grandeza, o Brasil abria mão da agressividade expansionista típica dos demais países de vocação imperial para benevolmente fazer a apologia do pacifismo, da defesa da soberania dos pequenos, da fraternidade entre os povos etc. Bela forma de disfarçar a fraqueza do país real sob a aparência de força que lhe conferia o imenso território.³⁰

Neste jogo da aparência e do imagético, Rio Branco mostrou-se um estrategista formidável. Compensando as limitações de recursos convencionais de força, empreendeu uma aposta em uma diplomacia do prestígio, da imagem e da informação como meio privilegiado pelo qual o Brasil poderia perseguir seus interesses estratégicos. Exemplo disso encontra-se no uso intensivo (quicá pioneiro) que fez da propaganda na promoção da Nação ante a cena estrangeira, particularmente europeia. Como nos lembra Gilberto Freyre:

O chanceler brasileiro foi talvez, dentre os estadistas da América do Sul, o que mais inteligentemente se antecipou no emprego, a favor do governo de que era colaborador e sobretudo do seu país, de técnicas de informação e propaganda que só anos depois dele se tornariam correntes, sob forma sistemática, quer nas relações internacionais, quer nas relações entre os governos e o público, dentro dos limites ou das fronteiras nacionais. É claro que de certa altura em diante o mito Rui Barbosa, como o mito Santos Dumont, transbordando de quanta propaganda sistemática se fez inteligentemente deles por inspiração do segundo Rio Branco ou sob sua orientação de grande conhecedor da psicologia europeia, ao mesmo tempo que da brasileira, ganharam vida própria; e tornaram-se folclóricos.³¹

Concomitantemente, sob seu comando, o Itamaraty passou a investir substancialmente no preparo cultural e intelectual de seus quadros, atraindo — para tanto — um número significativo de acadêmicos, pensadores, artistas e cultores das letras e da erudição.³² Desse modo, Rio Branco idealizou um Ministério das Relações Exteriores “como

²⁹ RICUPERO. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*, cit., p. 670.

³⁰ LYNCH. Um saquarema no Itamaraty, cit., p. 289.

³¹ FREYRE. *Ordem e progresso*, cit., p. 466.

³² Pelo concurso de tal iniciativa, o Ministério das Relações Exteriores tornou-se, no comentário de Gilberto Freyre: “[...] uma espécie de ministério como que de Educação e Cultura, concorrendo para que viessem ao Rio de Janeiro intelectuais europeus eminentes, artistas, médicos de renome; e ministério também de Informação ou Propaganda, de certo modo responsável pela ‘bonne presse’ francesa e às vezes inglesa em torno de valores brasileiros”. FREYRE. *Ordem e progresso*, cit., p. 175. É notório que, desde o tempo de Paranhos até o presente, esse perfil institucional tornou-se majoritário dentro do Itamaraty, provável razão pela qual o órgão historicamente atraiu nomes que muito contribuíram para literatura brasileira, tais como o pernambucano João Cabral de Melo Neto, o mineiro Guimarães Rosa e, até mesmo, o carioca Vinicius de Moraes.

órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil no continente, em particular, e no exterior, em geral”.³³

Aqui, observa-se que Paranhos Júnior foi um dos primeiros estadistas brasileiros a vislumbrar, ainda que intuitivamente, o caráter pluridimensional do poder. Soube ele, enquanto Ministro de Estado, manejar tanto recursos simbólicos e culturais de poder (contemporaneamente chamados de *soft power*), quanto preocupar-se com aqueles recursos convencionais ou materiais — denominado pela literatura hodierna de *hard power*. Em nenhum momento, o Barão abdicou deliberadamente de alguma dessas dimensões; embora tenha (por força das contingências de seu tempo) lançado mais frequentemente mão de uma do que de outra. Podemos dizer, portanto, que ambas as dimensões eram encaradas por Rio Branco como facetas diferentes, mas complementares, de uma mesma realidade, de um mesmo fenômeno: a soberania.³⁴

Em consonância com esta lógica, o Chanceler concebeu (e procurou concretizar) uma *grande estratégia* para o Brasil de seu tempo. Tal desígnio, em linhas gerais, centrou-se na consolidação das fronteiras nacionais, na garantia da posição hegemônica do Estado brasileiro na América do Sul, na dissuasão de potenciais investidas imperialistas europeias, bem como na pavimentação de sua emergência ao status de grande potência no concerto das nações.³⁵ Conjugando os diversos recursos de poder de que dispunha (os quais também buscou robustecer) e movendo-se no tabuleiro geopolítico com singular habilidade³⁶ — Rio Branco projetou o ideário saquarema, do Império, para a República.

³³ FREYRE. *Ordem e progresso, cit.*, p. 172.

³⁴ “Para Rio Branco”, pontua Celso Lafer, “o diplomata e o soldado são, ambos, expressão da soberania, e elementos decisivos na defesa do território nacional. Essa percepção, que é a da visão de um sistema internacional de natureza intergovernamental e interestatal, que era basicamente aquele no qual Rio Branco atuou, não excluía uma antecipadora preocupação com aquilo que hoje chamamos de *soft power* [...]. O Barão tinha perfeita noção da importância da imprensa, da publicidade e da agenda da opinião pública, de cujos meios soube valer-se para consolidar e legitimar a presença do Itamaraty como instituição do Estado”. LAFER. *Rio Branco e o Itamaraty, cit.*, p. 194.

³⁵ JÚNIOR, João Paulo Soares. *A Esfinge e o Tridente*; Rio Branco, grande estratégia e o programa de reaparelhamento naval (1904-1910) na Primeira República. Brasília: UnB (Tese, Doutorado em Relações Internacionais), 2014, p. 350.

³⁶ Em sua condução do Ministério das Relações Exteriores, o Barão revelou-se um estadista de sofisticada compreensão do jogo político internacional. Equilibrando-se entre sul-americanos, europeus e estadunidenses, ele conseguiu posicionar o Brasil de forma relativamente autônoma na cena estrangeira, resguardando com profundo pragmatismo os interesses estratégicos nacionais. No comentário de Moniz Bandeira: “Ele se orientava na política externa como se jogasse uma partida de xadrez. Não dava um lance sem que tivesse outra peça para apoiá-lo. Argentina, Chile, Estados Unidos representavam tanto quanto um bispo, uma torre, uma rainha, no tabuleiro do Continente.”. BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*; dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.181.

Inspirado neste ideal, pode-se dizer que Rio Branco idealizou um projeto de país que se refletiu de maneira permanente no imaginário brasileiro, o qual (por conseguinte) passou a ter na diplomacia pátria, e em seu patrono, uma fonte permanente de estima e auto afirmação — sendo legítimo atribuir à ela parte expressiva da própria construção do nacionalismo brasileiro. Nesse sentido, pontua o historiador e diplomata Luís Cláudio Villafãne Gomes Santos:

A consolidação do sentimento nacional, nas bases em que o reconhecemos hoje, foi tarefa da República e a definição da política externa republicana influenciou na construção da identidade do País, o que se traduziu na fixação do Barão como um dos "pais fundadores" do nacionalismo brasileiro, quase um século após a independência. A atuação de Juca Paranhos e a recuperação do mito fundador das fronteiras naturais pré-definidas, preservadas pela colonização portuguesa, fecharam as pontas de um discurso ideológico fundamental na consolidação do nacionalismo brasileiro. Dessa maneira, o Barão passou a simbolizar uma grandeza territorial com que todos podiam concordar, acima de classes ou partidos.³⁷

3 O Barão como mito, e a diplomacia como tradição

De certo modo, os êxitos que acumulou durante sua passagem pela chefia do Itamaraty tornaram Rio Branco uma espécie de luzeiro para a Nação, comunicando ao Brasil a confiança e estima, de que o país carecia consideravelmente naquele momento ante, principalmente, o desalentador contexto da Primeira República. Com efeito, o chanceler converteu-se em personalidade política de arrebatadora admiração popular, a ponto de ser tido como uma tradução do próprio país. Em notável registro, o diplomata argentino José Maria Cantila teria comentado em suas memórias que: “Rio Branco tinha uma popularidade extraordinária. Era o próprio Brasil”.³⁸ Por sua vez, conta-se que a morte do Barão, em 10 de Fevereiro, foi episódio de tamanha comoção pública que suspendeu as festividades oficiais do carnaval de 1912, vertendo as vésperas da folia popular em verdadeiro luto nacional.³⁹

³⁷ VILLAFÃNE SANTOS, Luís Cláudio. O Barão do Rio Branco e a ideia de nacionalismo no Brasil. *Tensões Mundiais*, [S. l.], v. 6, n. 10, jan/jun., 2018, p. 32.

³⁸ O registro é feito por Rubens Ricupero, em RICUPERO. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*, cit., p. 672.

³⁹ Pode-se dizer que, de tão sentida, a partida de Paranhos inspirou o (sempre criativo) gênio popular brasileiro a prestar-lhe vivas homenagens, tanto as cívicas quanto, digamos, as pouco convencionais. Se o falecimento do Barão havia ensejado um luto coletivo há uma semana do carnaval — o que ocasionou a suspensão das programações de clubes e, até mesmo, a edição de decreto presidencial (por Hermes da Fonseca) remarcando o feriado para Abril —; conta-se que houve aqueles irreverentes cultores do patriotismo brasileiro que, já tendo pranteado a partida do Ministro, encontravam-se em plena disposição para fazer irromper seus foliões pelas ruas do Rio de Janeiro. A memória do Barão foi, assim, simultaneamente chorada e festejada naquele Fevereiro de 1912. Já em sua segunda edição, depois da Páscoa, a festa popular pôde expressar o mais vibrante reconhecimento a Paranhos, agora em tom totalmente jubiloso (e debochado), a exemplo da seguinte marchinha que se lançou à época: “Com a morte do barão, / tivemos dois Carnavá. / Ai, que bom, / ai, que gostoso / se morresse o marechá”. WESTIN, Ricardo. Morte do Barão de Rio Branco fez Brasil ter dois carnavais em

Longe de se constituir experiência momentânea, esta identificação entre Paranhos Júnior e a alma brasileira não se limitou somente ao seu momento histórico imediato, mas, transcendendo-o, projetou-se na história nacional. De fato, sua memória seria recorrentemente recuperada pelo culto incessantemente que lhe prestaram, tanto a geração de seus contemporâneos, quanto daqueles que os sucederam.⁴⁰ Culto esse, deve-se admitir, que crescentemente perderia seu apelo popular, tornando-se (com o passar do tempo) mais circunscrito às esferas institucionais do Estado e da intelectualidade pátria. Seria possível compreender essa sua projeção por alguns traços inerentes à sua figura, particularmente seu caráter multifacetado. Afinal, o “personagem histórico Barão do Rio Branco é múltiplo em suas faces — monarquista, diplomata, intelectual, chanceler, etc.— e isto permite que ele seja caracterizado de acordo com a versão da história que se quer contar”.⁴¹ É em sua abertura à mudança que, certamente, a *persona* mítica de Paranhos encontra a possibilidade de permanência. Não obstante, o que buscamos assinalar é que o sentido histórico que Barão adquiriu justifica-se por outras e mais determinantes razões. Isso porque vislumbramos na face do mítico algo que não se limita a fatos objetivos, embora não necessariamente os exclua. O mitológico acompanha, em muitos aspectos, o romântico — principalmente porque opera desde a esfera do desejo e da vontade, como exprime Bosi:

[...] o mito não requer o teste da verificação nem se vale daquelas provas testemunhais que fornecem passaporte idôneo ao discurso historiográfico. Ou além: o valor estético de um texto mítico transcende o seu horizonte factual e o recorte preciso da situação evocada. O mito [...] é o conhecimento de primeiro grau, pré-conceitual, e, ao mesmo tempo, é forma expressiva do desejo, que *quer* antes de refletir.⁴²

1912. Agência Senado, fev.2019. Disponível em: [12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/arquivo-s-barao-do-rio-branco-e-carnaval]. Acesso em: 11 de Agosto, 2021.

⁴⁰ Nas palavras Arthur Jorge: “Todos esses eminentes serviços em defesa dos interesses eternos do Brasil, superiores à transitoriedade dos regimes políticos, estão para sempre incorporados ao patrimônio moral da nação e identificados com o seu próprio destino histórico. E Rio Branco, já consagrado pelo culto dos seus contemporâneos e pela veneração das gerações de hoje, sobreviverá na memória dos vindouros como um dos mais gloriosos obreiros da grandeza do Brasil, pela austera majestade do seu civismo, pela largueza imperial de suas concepções políticas, pela profunda visão dos destinos de sua terra que ele sonhava forte, unida, prestigiada, [...]”. JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999, p.158-153.

⁴¹ VEDOVÉLI, Paula. *Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira: uma análise da construção da tradição*. Rio de Janeiro: PUC (Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais), 2010, p. 76. A seu turno, Christian Lynch comunga de tal tese: “Em síntese, pode-se afirmar que um dos principais motivos da unanimidade em torno de Rio Branco se deve à sua posição aparentemente anfíbia no panteão pátrio; oriundo da monarquia, ele é celebrado pela República; de formação realista, ele justificou idealisticamente suas ações”. LYNCH. Um saquarema no Itamaraty, *cit.*, p. 286.

⁴² BOSI. *Dialética da colonização, cit.*, p.179.

Como expressão do desejo, o mito carrega em si formas e imagens que povoam o mundo semântico de uma coletividade, tornando-se chave pela qual essa mesma coletividade traduz suas aspirações e sua própria realidade. Ao fundo, no mítico contempla-se o que se anseia ver. Logo, alçar Rio Branco à posição de herói significa que a consciência nacional construiu dele uma forma idealizada, a partir da qual pôde não só traduzir suas próprias aspirações,⁴³ como também idealizar a si mesma. À luz desse movimento, a expressão “Rio Branco é o Brasil” ganha um contorno mais profundo que o meramente retórico: ela passa a designar a conversão de Paranhos Júnior em uma espécie de reflexo dos ideais e do imaginário da própria Nação brasileira, mediante o qual ela vislumbra o seu dever-ser e seu vir-a-ser. Na face do Barão, assim, encontra-se um apólogo da própria grandeza e potência do Brasil e de seu Estado.⁴⁴

Em consonância com a lógica do mito, a narrativa em torno do patrono de nossa diplomacia consubstancia-se com a fundação de uma tradição. Mais uma vez, afere-se a relação do mítico com o romântico, ambos estão entrelaçados aos fios do imaginário e da tradição — o que, por vezes, parece conferir ao romantismo a aparência de conservador. No entanto, como elucida brilhantemente o jusfilósofo José Luiz Borges Horta

[...] o Romantismo não é conservador, mas tradicionalista. Nada obstante, a tradição que buscam, como já dissemos, é a tradição que se quer enxergar no passado para que se possa transformar o futuro, ou seja, é um passado mítico e imaginário, um referencial simbólico construído para operar como um referente de destino — não necessariamente (ou em regra quase nunca) conservador.⁴⁵

No caso do Itamaraty, opera-se a construção idealizada de seu passado faticamente real e virtuoso — mas também “mítico e imaginário”, nos termos de Horta — através da formação de sua própria memória institucional, que narra os feitos da diplomacia pátria (desde seus longínquos primórdios) de forma a conferir-lhe unidade e sentido; os quais, a seu turno, terminam por justificar e legitimar a tradição delineada por Rio Branco.

Nesse sentido, a racionalização do passado, embora operada a partir de um ponto no presente, tem como objetivo dissimular sua temporalidade e garantir a

⁴³ Nesse sentido, Álvaro Lins comenta: “Sim, agora morto, é que ele começava realmente a viver. Pois Rio Branco continua a ser a principal figura do Itamaraty, que se tornou de modo ao mesmo tempo simbólico e real a ‘Casa de Rio Branco’. E isso aconteceu porque, morrendo no momento certo, ele deixou de ser um homem para se tornar uma imagem. Como imagem, ele é sempre um ideal inalterado e renovado, uma força imaterial da qual procuramos aproximar-nos incessantemente”. LINS, Álvaro. *Rio Branco (biografia)*. Brasília: FUNAG/ Alfa-Ômega, 1996, p. 443.

⁴⁴ Nas inspiradoras palavras de Celso Lafer: “A obra de Rio Branco [...] constitui, por isso, [...] uma *mémoire d’État*. Como as obras de Luís XIV, Napoleão ou de Gualle, a obra de Rio Branco é expressão de Poder — com ‘P’ maiúsculo —, e encarnação de um momento do Estado. Sendo sua obra, ela é, também, fragmento da nossa própria história [...]”. LAFER, Rio Branco e o Itamaraty, *cit.*, p.196.

⁴⁵ HORTA. *Dialética do Poder Moderador*, *cit.*, p.89.

aparência de continuidade à instituição, aos atores e aos projetos a ela associados. A partir desta leitura, podemos observar a construção da história intelectual do Itamaraty como um destes mecanismos de construção da memória institucional e um dos instrumentos que pretendem, ainda no próprio processo de socialização de seus membros, produzir coesão e estabilidade através da reafirmação de patronos, heróis e anti-heróis e de idéias fundamentais que estes ajudaram a configurar.⁴⁶

Pela refundação conceitual operada por Paranhos Júnior, o Ministério das Relações Exteriores encontrou no prestígio e na força da tradição uma espécie de espírito, a partir do qual a instituição definiu-se, orientou-se e moveu-se. Concomitantemente, desta tradição extraiu-se um recurso simbólico de inestimável valor estratégico para a política externa brasileira, o qual possibilitou a garantia de uma efetiva coesão do corpo diplomático brasileiro ao longo da conturbada história de nossa República. Como produto do contínuo processo de atualização da memória institucional do Itamaraty, “a tradição, quando manipulada em um discurso político, consegue explicar, propor, legitimar e inibir o discurso e o pensamento dos atores do campo de política externa brasileira”.⁴⁷

Desde a narrativa idealizada que se teceu do Barão do Rio Branco, portanto, funda-se uma ordem e uma tradição para a diplomacia pátria — motivo pelo qual definimos sua chancelaria como momento de (re)fundação, simultaneamente, *simbólica e mítica* do Itamaraty. Embora não deixe de carregar o elemento afetivo e passional, não resta dúvida que a mitificação de Paranhos se dá de forma consciente e deliberada por parte das elites políticas e, em particular, dos operadores de nossa política exterior.⁴⁸

Por óbvio, em se realizando conscientemente, a evocação do nome do chanceler e de sua tradição encontra certa abertura a novas releituras e rearticulações, conforme às demandas de cada momento.

[...] podemos afirmar que é através da apropriação, manipulação, atualização e re-significação de idéias institucionalizadas pela história intelectual diplomática pelos operadores de política externa de acordo com as contingências e os projetos políticos destes que a memória institucional e, conseqüentemente, a tradição é (re)construída.⁴⁹

⁴⁶ VEDOVÉLI. *Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira, cit.*, p. 19.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 18. Além disso, “É a tradição da ‘Casa de Rio Branco’ que mantém a coesão e a unidade do Itamaraty. É a tradição que confere uniformidade ao pensamento e à formação de seus membros. E, muitas vezes, é também a tradição que explica os rumos e as decisões tomadas no âmbito da política externa brasileira. É a tradição, algo indefinido, mas vivamente presente no discurso diplomático, que organiza, explica e constrange o pensamento e a atuação dos diplomatas, especialmente os diplomatas de carreira, mas também os operadores que estão ligados de alguma forma ao Itamaraty.” VEDOVÉLI. *Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira, cit.*, p. 11.

⁴⁸ *Ibidem*, p.69.

⁴⁹ *Ibidem*, p.28. É importante observar que, como toda tradição de peso, o legado do Barão experimentou, em algumas etapas de nossa história, certa tendência ao imobilismo e à pasteurização. No entanto, com algum esforço, propostas de *aggiornamento* vieram a lograr êxito no seio do Ministério das Relações Exteriores, permitindo a renovação de nossa cultura diplomática — sem, entretanto, abandonar as linhas mestres traçadas

Entrelaçando tão exitosamente autoridade e polissemia, o advento da tradição do Barão é comparável à composição de um verdadeiro *evangelho* do meio diplomático — uma mensagem que, como revelação, não deve ser contestada por seus discípulos e apóstolos, mas tão somente professada e crida; cabendo-lhes, no entanto, a prerrogativa de sempre (re)interpretá-la⁵⁰.

Ao abrigo do evangelho de Paranhos, assim, a diplomacia brasileira tornou-se um *todo*, uma unidade lendária que, no decurso dos séculos, teria se desenvolvido de modo coerente e contínuo. Esta narrativa, que se cristalizou no imaginário diplomático nacional, foi habilmente tecida e perpetuada pelos sucessores de Rio Branco, os quais converteram a figura do chanceler na representação mítica máxima do Itamaraty: um ícone a partir do qual todo percurso de nossa política externa poderia ser conciliado, e todas as eventuais mudanças na atuação internacional do Brasil, perfeitamente justificadas.⁵¹

Por isso, para além de discussões estritamente historiográfico-acadêmicas, é possível vislumbrar nas disputas pelo *sentido* do legado do Barão também o antagonismo de diferentes projetos políticos para o país, os quais, criando sua versão do passado, tentam redefinir (no presente e futuro) os rumos do Brasil e de sua presença no mundo.

por Rio Branco. Dentre tais propostas, as mais paradigmáticas consistiram na *Política Externa Independente*, sistematizada por San Tiago Dantas, chanceler do governo parlamentarista de Tancredo Neves (1961-1962); e no *Pragmatismo Responsável*, encaminhado por Azeredo da Silveira, chefe do Itamaraty durante a presidência de Ernesto Geisel (1974-1979). Sobre a relação de ambas com a tradição diplomática brasileira, ver: RICUPERO. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*, cit., p.673. Especificamente sobre a Política Externa Independente, recomendamos o trabalho monográfico: BARRETO, Pedro Luiz Rodrigues. *Gênese e Sentido da Política Externa Independente; a reafirmação internacional do Brasil no pensamento político-estratégico de San Tiago Dantas*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG (Monografia, Trabalho de Conclusão de Curso), 2021.

⁵⁰ “[...] o direcionamento dado por Rio Branco à política externa brasileira projetou-se para muito além de sua morte, em 1912. Sua figura e suas ideias tornaram-se referência inescapável para os sucessores, que na verdade interpretaram esse legado de acordo com os próprios interesses e visão. [...] o sucesso de Rio Branco passou a conferir legitimidade às políticas amparadas na invocação de seu nome, ainda que com grande grau de liberdade interpretativa. Essas características — legitimidade e ambiguidade — criaram uma referência de autoridade que ganhou permanência, um ‘evangelho do Barão’ que encerraria uma verdade revelada que não deve ser discutida, mas que pode ser interpretada livremente”. SANTOS, Luís Cláudio Villafâne Gomes. *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 520

⁵¹ Em alguma medida, este movimento foi conscientemente estimulado por Paranhos. Com destaca Luís Cláudio Villafâne Gomes Santos: “[...] o evangelho do Barão prega a continuidade da política externa a despeito das eventuais mudanças da ordem interna. Ao assumir o Itamaraty, em 1902, seguia vigente o discurso de que a República havia sido uma ruptura também em termos de orientação da diplomacia. Rio Branco desfez os signos de ruptura e impôs a visão de continuidade da política externa desde a Independência (em alguns sentidos até desde a colônia). As similaridades com a política da monarquia foram resgatadas e as diferenças, explicadas como parte de uma evolução natural.”. *Ibidem*, p. 521.

Ao fim, torna-se (mais uma vez) evidente a função estratégica que a idealização de Rio Branco desempenha no seio do Estado Brasileiro. Na condição de *mito fundador*,⁵² o Barão passou a integrar, pois, a própria *ideologia de política externa* que ele mesmo legou ao país.

4 Considerações finais

Uma vez revelada a centralidade ontoteológica do Poder Moderador, os estudos sobre o Estado do Brasil deparam-se com uma tarefa que julgamos inafastável: a de (re)interpretar cada estrutura da estatalidade brasileira, em suas mais relevantes expressões, à luz dessa verdadeira inovação institucional e conceitual que se inaugurou desde o Império e marca nossa cultura. Por essa razão, buscamos sublinhar anteriormente, em breves linhas, o imprescindível papel que a figura de Pedro II, com o suporte do Conselho de Estado, desempenhou para garantir à diplomacia do Segundo Reinado condições para que se desenvolvesse de forma gradativamente mais estável, organizada e racionalizada. Já sob o regime republicano, quando o país experienciou condições institucionais dramaticamente adversas, a derrubada do instituto formal do Poder Moderador deveria implicar (em tese) na fragilização e desarticulação da política externa brasileira, tal qual se deu, por exemplo, com nossas Forças Armadas. A chegada do Barão de Rio Branco ao Itamaraty, no entanto, representou — como o definiu Celso Lafer (ecoando Hegel) — um acontecimento das astúcias da razão histórica, que foi capaz de contrariar tal tendência. A partir de sua chancelaria, o que se verificou foi, na verdade, uma diplomacia suficientemente arrojada para adaptar e modernizar os caminhos abertos pela Monarquia e elevar o país a um novo momento de afirmação internacional, mantendo seu crescente grau de coesão e continuidade.

A nosso juízo, tal processo não poderia ter sido mantido com o vigor e a eficácia com que se efetivou sem a construção que se fez da própria figura do Barão de Rio Branco e de sua tradição. Ambos desempenham, em nossa percepção, ao menos uma das funções

⁵² É digno de nota o papel crucial que as inúmeras biografias produzidas sobre esse personagem histórico cumpriram para a formação desse mito fundacional. Debruçando-se sobre algumas destas composições, Moura comenta: “Assim, as biografias de Rio Branco, enfatizando as metamorfoses do personagem, acabam retratando não só as complexidades da vida de um indivíduo único, mas unindo oposições para compor o mito fundador da diplomacia brasileira. Assim fazendo, elas passam a construir uma realidade social, assim como, de certa forma, Rio Branco o fez e continua fazendo, através dos diplomatas que se apropriam de sua imagem para pensar a si mesmos e suas próprias metamorfoses enquanto indivíduos que pertencem a vários mundos e circulam pelo ‘mundo’ com a justificativa de estar representando um Estado nacional que precisa ser representado como uma unidade frente às outras unidades políticas da arena internacional”. MOURA. Herança e metamorfose, *cit.*, p.97.

típicas que outrora fora da institucionalidade do Poder Moderador: a de conferir efetiva estabilidade e continuidade à política externa brasileira — o que leva-nos a especular se tal Poder, de certa forma, também não teria os seus próprio contornos mitológicos, tendo imposto às elites republicanas o imperativo de substituir (ao menos no âmbito da diplomacia) esse mesmo mito nacional por outro.

Torna-se evidente, assim, que a narrativa mítica sobre Rio Branco e seu legado configurou-se elemento estratégico indispensável para a condução de nossa política exterior. Sua passagem pelo Itamaraty corresponde a um movimento duplo de refundação simbólica e, ao mesmo tempo, mítica de nossa diplomacia. Simbólica, pois Paranhos Júnior define os valores e ideais permanentes da política externa brasileira, os quais rapidamente se plasmaram na própria identidade internacional da Nação e seriam a partir daí expressos mesmo em sede constitucional brasileira.

Ao ideário diplomático de Rio Branco, subjaz tanto um certo conceito de país — pelo qual o Brasil passou a ver a si mesmo — quanto um inegável elemento de fundo ideológico, vez que opera sempre em atenção aos interesses permanentes do Estado. Nesse sentido, a tradição que se inaugurou desde a chancelaria do Barão corresponde a um potente recurso simbólico que conferiu coesão, estabilidade e continuidade ao Ministério das Relações Exteriores (como já frisado), a despeito dos inúmeros episódios de crise política que marcam as páginas da história republicana, bem como orientou-o ao desenvolvimento de sofisticadas técnicas de poder brando, ou *soft power*.

Não obstante, sustentamos também que tal refundação possui caráter eminentemente *mítico*, posto que a figura deste herói pátrio (ou, melhor, a construção idealizada dela) tornou-se indiscernível da própria tradição. Esta se legitima e sustenta também pela narrativa mitológica de seu patrono, a qual cumpre uma função marcadamente passional: através de Rio Branco evoca-se o profundo desejo pela grandeza nacional, as aspirações permanentes de nosso imaginário coletivo por independência e autonomia. Concomitantemente, sua figura comunica também o exitoso caminho pelo qual o Brasil pode perseguir tais aspirações: a própria tradição diplomática de Paranhos Júnior, marcada pelos princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos, da defesa do Direito Internacional e da primazia pelas soluções pacíficas de conflitos.

Por fim, a construção mítica do Barão corresponde a uma exitosa contribuição para o desenvolvimento de uma mitologia nacional brasileira, ainda que mais restrita à esfera institucional do Estado. O potente recurso simbólico da idealização de sua efígie revela-se

pela perpetuação de seu nome no panteão dos heróis pátrios de maneira irretocada. Rio Branco tornou-se o Brasil. E, por isso, sua figura cintila vivamente a possibilidade de enriquecermos a nossa consciência nacional com novos símbolos, com novas narrativas e com novos heróis.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil; dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARRETO, Pedro Luiz Rodrigues. *Gênese e Sentido da Política Externa Independente; a reafirmação internacional do Brasil no pensamento político-estratégico de San Tiago Dantas*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG (Monografia, Trabalho de Conclusão de Curso), 2021.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Tese, Doutorado em Direito), 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era de gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteologia do Estado do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG (Tese de Titularidade), 2020.
- JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- JÚNIOR, João Paulo Soares. *A Esfinge e o Tridente; Rio Branco, grande estratégia e o programa de reaparelhamento naval (1904-1910) na Primeira República*. Brasília: UnB (Tese, Doutorado em Relações Internacionais), 2014.
- LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LAFER, Celso. Rio Branco e o Itamaraty: 100 anos em 10. In: LAFER, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira; pensamento e ação* (vol.1). Brasília: FUNAG, 2018.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco (biografia)*. Brasília: FUNAG/ Alfa-Ômega, 1996.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: a recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.27, n.78, p.149-196, fev./jun. 2012.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº15. Brasília, setembro/ dezembro de 2014, p.279-314.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MOURA, Cristina Patriota de. Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, mai./ago., 2000, p.81-101.
- RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- RICUPERO, Rubens. A política externa da Primeira República (1889-1930). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* vol. 2. Brasília: FUNAG, 2013.
- SALGADO, Joaquim Carlos. Estado ético e Estado poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 27, n. 2, abr./jun. 1998, p. 37-68.

- SANTOS, Luís Cláudio Villafãe Gomes. *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- VEDOVELI, Paula. *Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira: uma análise da construção da tradição*. Rio de Janeiro: PUC (Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais), 2010.
- VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- VILLAFÃE SANTOS, Luís Cláudio. O Barão do Rio Branco e a ideia de nacionalismo no Brasil. *Tensões Mundiais*, [S. l.], v. 6, n. 10, jan/jun., 2018, p. 13-34.
- WESTIN, Ricardo. Morte do Barão de Rio Branco fez Brasil ter dois carnavais em 1912. *Agência Senado*, fev.2019. Disponível em :
[12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/arquivo-s-barao-do-rio-branco-e-carnaval]. Acesso em: 11 de Agosto, 2021.

Como citar este artigo: BARRETO, Pedro Luiz Rodrigues. Tradição e imaginário na diplomacia brasileira: considerações sobre a figura mítica do Barão de Rio Branco. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1–25, 2021.

Recebido em 25.08.2021

Publicado em 16.12.2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional